

# Decolonialidade e gênero: modos de fazer e pensar a Psicologia

## Decoloniality and gender: ways of doing and thinking Psychology

Larissa Ferreira Nunes<sup>1</sup>, João Paulo Pereira Barros<sup>2</sup>, Carla Jéssica de Araújo Gomes<sup>3</sup>, Luciana Lobo Miranda<sup>4</sup>, Mayara Ruth Nishiyama Soares<sup>5</sup>, Tadeu Lucas de Lavor Filho<sup>6</sup>

1. Mestre em Psicologia (UFC)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
E-mail: larissafnpsico@gmail.com

2. Doutor em Educação (UFC)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
E-mail: joaopaulobarros07@gmail.com

3. Mestre em Psicologia (UFC)  
Universidade Federal do Ceará (UFC) e Centro  
Universitário Christus (Unichristus)  
E-mail: carlajessicagomes@alu.ufc.br

4. Doutorado em Psicologia PUC-Rio; Pós-doutorado em Psicologia Social na CUNY-EUA  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
E-mail: luciana.miranda@ufc.br

5. Mestre em Psicologia (UFC)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)  
E-mail: mayararnishiyama@gmail.com

6. Doutor em Psicologia (UFC)  
Universidade Estadual do Ceará (UECE)  
E-mail: tadeu.lucas@uece.br

### Artigo de Revisão

**Resumo:** Este ensaio teórico possui o intuito de, a partir de pressupostos feministas e decoloniais, problematizar a produção de conhecimento na Psicologia. Para isso, está estruturado em duas seções: 1) Pensando uma metodologia corporificada na Psicologia a partir de contribuições feministas e decoloniais; 2) Questões de gênero e estudos decoloniais: Problematizando a Psicologia em busca de uma nova práxis psi. Como marco-teórico, utiliza-se de autoras e autores críticos à colonialidade, como Grada Kilomba e María Lugones, e feministas, como Donna Haraway, Sandra Harding e Glória Anzaldúa, em diálogo com pesquisadores do campo da Psicologia. Na discussão nestes dois tópicos, o gênero (aliado a outros marcadores sociais da diferença) aparece como categoria central para repensar como se produz conhecimento e pesquisa no campo psi, além de refletir e problematizar a própria Psicologia, como campo de saber e prática. Nas considerações finais, aponta-se a necessidade de estabelecer diálogos interdisciplinares na Psicologia, para, assim, construir uma prática corporificada.

**Palavras-chave:** Psicologia; Decolonialidade; Gênero.

**Abstract:** This theoretical essay aims to problematize the production of knowledge in psychology based on feminist and decolonial assumptions. To this end, it is structured in two sections: 1) Thinking about an embodied methodology in Psychology based on feminist and decolonial contributions; 2) Gender issues and decolonial studies: Problematizing Psychology in search of a new psy praxis. As a theoretical framework, it uses authors critical of coloniality, such as Grada Kilomba and María Lugones, and feminists, such as Donna

Haraway, Sandra Harding and Gloria Anzaldúa, in dialogue with researchers in the field of Psychology. In the discussions on these two topics, gender (along with other social markers of difference) appears as a central category for rethinking how knowledge and research is produced in the field of psychology, as well as reflecting on and problematizing psychology itself, as a field of knowledge and practice. The concluding remarks point to the need to establish interdisciplinary dialogues in psychology in order to build an embodied practice.

**Keywords:** Psychology; Decoloniality; Gender.

## Introdução

Este ensaio objetiva problematizar, a partir de pressupostos feministas e decoloniais, a produção de conhecimento na Psicologia. Dessa forma, orientamo-nos pelo seguinte questionamento: de que modo uma pesquisa feminista e decolonial, sobretudo ao articular a inseparabilidade entre raça e gênero, convoca a novos modos de produção da Psicologia enquanto campo de saber? Tal discussão é feita de duas formas, a primeira é pensar o modo como se produz conhecimento e a segunda ao problematizar a Psicologia a partir do gênero. Ambas são traçadas a partir de interpelações feministas e críticas à colonialidade, as quais nos ajudam a repensar a Psicologia enquanto campo de saber e práticas.

As discussões de gênero, aliadas a outros marcadores da diferença, tais como a sexualidade e raça, têm sido pauta de estudos científicos (Pasinato, 2011; Connell, 2015; Bittencourt, 2015 Borges, 2018; Gomes Filho *et al.*, 2021). Diante disso, os setores mais conservadores têm se apropriado de certas categorias para reaparelhar modelos hegemônicos, repressores e necro-biopolíticos, inclusive a partir de diferentes áreas de conhecimento, dentre as quais destaca-se a Psicologia, para a construção e promoção da falácia da ideologia de gênero e da infundada terapia de conversão sexual (Foucault, 1998; Mayorga *et al.*, 2013; Brown, 2019; Butler, 2019; Cavalcante; Bicalho; Sposito, 2019; Gomes Filho; Nunes; Lavor Filho, 2021).

Nesse sentido, o colonialismo e sua perpetuação, a colonialidade<sup>1</sup>, constituem-se como uma linha estruturante da produção de conhecimento, sobretudo atrelado às questões raciais em seu entrecruzamento ao sistema sexo/gênero<sup>2</sup>. Michel Foucault (1998) e Judith Butler (2018, 2019) apresentam análises discursivas sobre a produção do gênero enquanto categoria ontológica de humanidade. Frantz Fanon (2008), na questão racial, analisa o processo de desumanização a partir da racialização de corpos negros, os quais são animalizados e destituídos da condição humana. Em sentido semelhante, Maria Lugones (2014) e Grada Kilomba (2019) apontam para a imbricação do gênero e da raça ao estudarem os marcos de reconhecimento ontológico, de modo que, uma análise ampla e crítica sobre a produção de conhecimento deve pautar essas problemáticas. Além disso, no Brasil, diante de como o racismo atua, Florestan Fernandes (1978), Leila González (1984) e Sueli Carneiro (2011), salientam que ao pesquisar questões raciais é necessário compreender sua inseparabilidade das questões de classe.

Nos estudos críticos à colonialidade, esses marcadores de opressão têm sua gênese na modernidade, a partir do período colonial. Segundo Aníbal Quijano (2009), vivemos essa contínua dominação no sistema-mundo-moderno-colonial, fundada e sustentada pela colonialidade do poder, do ser e do saber e do gênero<sup>3</sup> (Lugones, 2014). Nessa análise, Rita Laura Segato

---

<sup>1</sup> A colonialidade é uma contínua ser presente das lógicas coloniais instauradas desde o período colonial.

<sup>2</sup> Conforme aponta Butler (2018), há na modernidade um alinhamento fomentado entre sexo-gênero-desejo que permite a materialização de funções biológicas no seio social.

<sup>3</sup> Colonialidade do poder é estrutura de uma imposição do real que coloca, como base na racialização, determinados corpos como seres naturalmente inferiores. Mais do que uma classificação em termos de raça, esse fenômeno permeia todos os campos da atividade humana, inclusive as relações interpessoais e intersubjetivas, criando hierarquizações e distribuindo sistematicamente lugares e papéis sociais racializados (Quijano, 2000). Colonialidade do ser refere-se ao processo pelo qual o senso comum e a tradição são marcados por dinâmicas de poder de carácter preferencial: discriminam pessoas e tomam por alvo determinadas comunidades (Maldonado-Torres, 2007). Colonialidade do saber

(2015) discute que a colonialidade de gênero opera como propulsor do patriarcado colonial, no qual exercícios de poder intrinsecamente relacionados a colonialidade do poder, ser e do saber, estrutura o mundo em termos de categorias hierárquicas, atômicas e hegemônicas, tais como macho e fêmea ou normal e patológico, bem como os marcos civilizatórios e de humanidades.

No marco da decolonialidade, o desfazimento da binariedade humanos/não-humanos se torna essencial e corpo, sexo, gênero e raça são categorias fundamentais para realizar esse procedimento e para, inclusive, ler como atribuímos sentido a homem e mulher não apenas dentro do sistema sexo/gênero, mas em um sistema de colonialidade que articula os três marcadores para dar diferentes sentidos aos corpos que categoriza (Gomes, 2018, p. 67).

Com o incremento das epistemologias decoloniais, ou seja, saberes científicos que colocam em evidência a perpetuação colonial na base e estruturação dos moldes da produção do conhecimento, pesquisadoras/es têm denunciado a manutenção de processos de vulnerabilização de populações racializadas, genderizadas, em condição de pobreza e com vivências não normativas de sexualidade e de identidade de gênero. Por exemplo, estudos como os de Lugones (2008), Valencia (2010), Carvalhaes e Lima (2020) e Sousa, Nunes e Barros (2020), a colonialidade aparece como um desses tentáculos que sustenta lógicas ortodoxas, homogêneas e hegemônicas contra a existência desses corpos.

---

refere-se ao rol da epistemologia e as tarefas gerais da produção de conhecimento na reprodução dos regimes de pensamento colonial (Maldonado-Torres, 2007). Colonialidade de gênero defende que dicotomias hierárquicas que colocam determinados corpos como dominantes e outros como subalternizados estruturaram não apenas as relações entre colonizados e colonizadores com base em termos de raça, mas também legitimam hierarquias de gênero, classe e sexualidade. Desse modo, a hierarquia de gênero que, no colonialismo, concedeu a civilidade a determinados corpos, enquanto a sua ausência marcou a não humanidade de outros (Lugones, 2008).

Camila Gomes (2018) discute sobre a importância da crítica à colonialidade nos estudos sobre sexo/gênero, entendendo-os como proposições fundadas em uma matriz colonial de gênero que deve ser lida de modo inseparável da raça/racismo. O não pertencimento aos moldes normativos e hegemônicos postulados desde a formação da modernidade fortalece traços de violência atuam de forma ímpar e até mesmo velada contra essas populações.

Com base nisso, a desigualdade de gênero, por meio da supremacia masculina branca estruturante das sociedades ocidentais, materializa as feminilidades/mulheridades (Carolina, 2021) como objetos destinados a responder às expectativas dos homens e do capital. As lutas por igualdade de gênero ainda não conseguiram findar o sexismo, inclusive no referente à violência de gênero que prevalece ainda nos dias de hoje (Davis, 2018). Alguns dados indicam o aumento de crimes de feminicídio, violência contra a mulher/doméstica ou femi-geno-cídio, quando o feminicídio ocorre sem contato anterior entre vítima e agressor (Pasinato, 2011; Sagot, 2013). Tais dados são mais alarmantes quando entrecruzam com o recorte de sexualidade, classe social e raça (Peres; Soares; Dias, 2018; Negreiros; Quixadá; Barros, 2018).

Dados do mais recente Anuário de Segurança Pública, referente a 2022, apontam que uma mulher foi morta a cada 6 horas no Brasil. Roraima e Ceará foram os estados com maior crescimento, sendo as mulheres negras e pobres as mais vitimadas (Cerqueira *et al.*, 2020). Além disso, o estado do Ceará segue sendo um dos que mais matam pessoas LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Panssexuais e mais) do mundo (Cerqueira *et al.*, 2020).

Nunes *et al.*, (2021), Gomes *et al.* (2021), Nunes *et al.*, (2023) e Soares *et al.*, (2023), em seus estudos no contexto do Ceará<sup>4</sup>, demarcam que o machismo cearense, na figura do “cabra-macho”, corrobora no entrecruzamento do gênero e raça ao processo de objetificação de populações genderizadas e feminizadas, as quais posteriormente tornam-se alvos de expressões necropolíticas. A categoria necropolítica se refere a uma tecnologia de poder que produz e gerencia os modos de morrer (Mbembe, 2017). Esta pode ter diferentes expressões, consiste não apenas no ato de matar, mas, também, no deixar morrer por meio do desamparo e violência estatal. No tocante ao feminino no Ceará, é expresso no aumento no número de mortes de adolescentes e jovens nas tramas da violência urbana, na criminalização e encarceramento da população feminina e na LGBTQIAP+fobia (Sousa; Nunes; Barros, 2020).

Embora historicamente os movimentos feministas e LGBTQIAP+ tenham lutado pelo direito de existir e de romper a lógica de dominação imposta pelo sistema cisheteropatriarcal que formulam opressões e privilégios sociais, observamos que as tecnologias mortíferas têm se atualizado e mantido intactas as mesmas lógicas de subordinação e dominação, inclusive na produção de conhecimento (Akotirene, 2018). No campo das ciências humanas, sobretudo a Psicologia, temas que permeiam a temática do social colocam em análise a produção do conhecimento e seus efeitos psicossociais para a coletividade. A Psicologia enquanto campo de saber e prática sempre esteve preocupado em lidar com os fenômenos

---

<sup>4</sup> As problematizações advindas para a produção epistemológica desse manuscrito nascem a partir das inserções das/os autoras/es em territórios periféricos cearenses por meio de pesquisas-intervenções, sendo o Ceará um lugar historicamente demarcado por casos emblemáticos de violências contras mulheres e corpos dissidentes de norma cisheteronormativa, em que o machismo se estrutura regionalmente a partir da ideia de “cabra macho”.

sociais, tomando assim temas relevantes a cada momento histórico como objeto de estudo. Embora no Brasil esse saber esteve aliada em sua gênese ao saber clínico terapêutico e as demandas de uma burguesia, sobretudo usada para mensurar a capacidade intelectual, selecionar, classificar e culpabilizar os sujeitos por suas questões, a Psicologia tem construído um olhar mais crítico, sobretudo a partir da invenção da Psicologia Social (Silva, 2021).

Buscamos assim, tal como salienta Meneghetti (2011), uma análise em modelo ensaístico, a qual engendra novos conhecimentos e elucubrações em relação ao tema estudado/realidade vivida. Assim, à medida que as autoras e autores são interpeladas pela realidade vivida, utilizamos esse diálogo epistêmico para uma escrita demarcada e com posicionamento ético-político insubmisso, aliado a saberes subalternos e críticos ao cânone colonial impregnado na ciência moderna (Santos, 2018), para então, com base em pensamentos feministas e decoloniais, colocar em análise paradigmas tidos como naturais e normativos, tais como gênero, raça, sexualidade (Miñoso, 2017), e problematizar a própria Psicologia a partir das discussões sobre o gênero dentro desse campo de saber e prática. Além disso, salientamos a importância do olhar interdisciplinar dos feminismos e estudos decoloniais para contribuir com uma perspectiva mais ampla, completa e crítica das relações de poder-saber e formações de verdade no campo da Psicologia.

Neste sentido, o texto encontra-se dividido em duas seções: a primeira discute a produção de conhecimento a partir de pressupostos feministas para pensar marcos metodológicos de pesquisa em Psicologia, sobretudo a partir das autoras Donna Haraway, Sandra Harding e Glória Anzaldúa; a segunda guia-se pelas interpelações dadas ao gênero no campo Psicologia

para assim problematizá-la. Essas análises discutem o gênero de forma inseparável a outros marcadores da diferença, como raça, classe e sexualidade. Nas considerações finais trazemos os principais pontos da pesquisa para fomentar um olhar crítico à Psicologia.

### **Pensando uma metodologia corporificada na psicologia a partir de contribuições feministas e decoloniais**

Os paradigmas da objetividade, da universalidade e da neutralidade, que caracterizam o conhecimento científico moderno, têm sido postos em análise por pensadoras e pensadores decoloniais e feministas nas últimas décadas, ao passo que reiteram a primazia da produção de um saber não localizado/descorporificado (Haraway, 1995; Harding, 2019; Anzaldúa, 2000). As pesquisas desenvolvidas sob uma falsa neutralidade produzem conclusões reducionistas e que historicamente foram utilizadas para legitimar discursos coloniais, racistas, misóginos, que negam, desqualificam e invisibilizam produções de conhecimentos feitas por sujeitos alocados como subjugados (Harding, 1993).

A inserção de mulheres e de outros sujeitos subalternizados na ciência proporcionou deslocamentos no campo da produção do saber empírico, ao passo que essas(es) pensadoras(es) tomaram para si o papel de desmistificar e reformular a produção do conhecimento científico não-hegemônico (Harding, 2019). De acordo com Harding (2019), uma “ciência feita de baixo”, pelos sujeitos excluídos, tende a problematizar as relações de poder que sustentam e fecundam o campo tradicional de conhecimento. Dessa forma, segundo a autora (1993), pesquisas fundadas por estes sujeitos proporcionam uma outra forma visão sobre a realidade, por meio de uma epistemologia feminista. Por considerar, por exemplo, os marcadores sociais

da diferença do sexo/gênero e as relações de poder, essa “ciência feita de baixo” produz benefícios científicos e políticos implicados com o compromisso social.

Os giros epistemológicos, metodológicos e experimentais, que possibilitam a produção de saberes não-hegemônicos, não seriam possíveis sem um movimento de descolonização da pesquisa e do campo da produção do saber (Harding, 1993, Haraway, 1995, Anzaldúa, 2000). Assim, para nós, aliada nessa visão política feminista decolonial, descolonizar não implica meramente em usar referenciais que são críticos à colonialidade em nossas análises, mas promover diálogos e novos saberes, descolonizando quem pesquisa e o modo como ela e ele está presente no campo, escreve os achados da pesquisa e os devolve aos sujeitos pesquisados.

O feminismo em sua cumplicidade com a aposta decolonial toma para si a tarefa de reinterpretação da história em chave crítica da modernidade, já não apenas por seu androcentrismo e misoginia, como tem feito a epistemologia feminista clássica, mas também dado o seu caráter intrinsecamente racista e eurocêntrico (Miñoso, 2020, p. 5).

Em consonância com esse compromisso, Gomes (2020) nos aponta pistas acerca de como produzir o que ela denomina como uma epistemologia insubmissa feminista negra e decolonial: 1) Analisar as comunidades, conhecer suas adversidades, para então intervir/co-produzir em prol da transformação social; 2) Construir um diálogo horizontal com os sujeitos participantes da pesquisa, desse modo, é falar COM e não sobre; 3) Inventar novas perspectivas epistemológicas, teóricas e metodológicas; 4) Utilizar-se de uma epistemologia de fronteira e com foco no combate às desigualdades em suas diferentes intersecções.

Donna Haraway (1995) indica sobre a importância de produzir em nossas pesquisas saberes localizados, já que a teorização do conhecimento só é possível a partir de movimentos de poder, não necessariamente em direção à verdade ou à coletividade, mas da manutenção de estruturas de opressão e de uma ciência oligárquica e objetiva. Segundo a autora, para assumir uma postura ético-política na interface entre ciência e realidade social, necessita-se da objetividade feminista, da localização limitada (partindo de uma realidade vivida) e do conhecimento localizado. Uma racionalidade posicionada, portanto, é “um argumento a favor do conhecimento situado e corporificado e contra várias formas de conhecimento não localizáveis e, portanto, irresponsáveis” (Haraway, 1995, p. 22).

No entanto, é relevante pontuar que também é possível, em pesquisas sob as perspectivas de um feminismo decolonial, fazer uso de objetividades descorporificadas para desestabilizá-las, confrontando as totalizações e utilizando das suas próprias posições de poder para transformá-las (Harding, 1993; Haraway, 1995; Anzaldúa, 2005). Ainda na perspectiva de Haraway (1995, p. 16): “precisamos do poder das teorias críticas modernas sobre como significados e corpos são construídos, não para negar significados e corpos, mas para viver em significados e corpos que tenham a possibilidade de um futuro”. De acordo com Harding (1993), devemos aprender a enfrentar as instabilidades teórico-analíticas para construir uma nova realidade.

Considerando o contraponto que saberes não-hegemônicos fazem à objetividade “neutra” e “imparcial” das ciências modernas, um outro ponto importante para a produção de pesquisas corporificadas, sobretudo na Psicologia por ser - dever ser - uma ciência eticamente implicada, é o entendimento da indissociabilidade do fazer pesquisa e fazer política. Em

outras palavras, aquele que produz uma pesquisa, nessa perspectiva, precisa se colocar como integrante e produtor da realidade a que se propõe estudar, da fabricação do plano de iminência, rejeitar bases moralistas e pragmáticas, da premissa do distanciamento e da imparcialidade (Coimbra; Nascimento, 2008). Pensar na análise de implicação, ideia cunhada por Lourau e Lapassade, enquanto processo intrínseco à pesquisa possibilita ver o sujeito em devir de quem é, afirmar os diversos e as diferenças que está no “nós”, no mundo e nas modulações subjetivas (Coimbra; Nascimento, 2008). Colocar-se em análise traz à tona o campo dos afetos, cobra posicionamentos, saberes situados e põe em xeque o lugar de detentor do conhecimento enquanto posição de poder nas ciências modernas.

Ademais, sobretudo no caso de pesquisas no campo da Psicologia, é necessário considerar o lugar da fabricação de conhecimento e seus efeitos nos modos de subjetivação e de produção de verdade. A produção de saberes corporificados deve estar implicada com a justiça social e contra a subordinação de minorias sociais, e em alicerce ao paradigma ético-político, com o intuito de desnaturalizar dicotomias, romper com ideias cristalizadas, recriar permanente o “objeto” e de desconstruir fronteiras tradicionalistas que dividem o campo do conhecimento. Dessa forma, implica em refletir sobre o papel da pesquisa com a desnaturalização e desconstrução de fronteiras hierárquicas que verticalizam o campo do conhecimento (Silva, 2008) e seu papel por uma psicologia decolonial, que visa dizibilizar, viabilizar e vizibilizar trajetórias subalternizadas.

Luíza Bairros (1995), importante feminista negra brasileira, inspirada em Patrícia Hill Collins e outras intelectuais afro-americanas, considera a necessidade de formular uma perspectiva teórica que desafie por uma episteme-ético-prática negra. Em suas palavras:

[...] ideias hegemônicas da elite masculina branca expressando uma consciência sobre a intersecção de raça e classe na estruturação de gênero. Tal tradição constituiu-se em torno de cinco temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro: 1) o legado de uma história de luta; 2) a natureza interligada de raça, gênero e classe; 3) o combate aos estereótipos ou imagens de controle; 4) a atuação como mães, professoras e líderes comunitárias; 5) e a política sexual (Bairros, 1995, p. 462).

Collins (2019) discute e dá ênfase às pessoas subalternizadas enquanto sujeitos capazes de falar sobre si e fazer análises acerca do mundo que os rodeiam, remontando, assim, às histórias não contadas e escondidas sob o véu da colonialidade. Nessa perspectiva, Sandra Harding (2019, p. 155) aponta para a relevância de pesquisas tecidas artesanalmente, em que cada grupo é “seu próprio historiador”. Ao ocuparem esse papel de historiadores da própria história, deixam de ser objetos de pesquisa para serem aqueles que falam de si, ou mesmo pesquisam a si e seu entorno, rompendo a invisibilidade e os silêncios que provocam engasgos de uma morte simbólica (Lorde, 2019).

Ao problematizar as nuances científicas a partir de suas experiências, da objetividade maior, dos saberes localizados e do não lugar (Harding, 1993; Haraway, 1995; Collins, 2019; hooks, 2019), reitera-se essas trajetórias em sua plenitude. Faz-se e registra-se a memória.

Posicionar-se é, portanto, a prática chave, base do conhecimento organizado em torno das imagens da visão, é como se organiza boa parte do discurso científico e filosófico ocidental. Posicionar-se implica em responsabilidade por nossas práticas capacitadoras. Em consequência, a política e a ética são a base das lutas pela contestação a respeito do que pode ter vigência como conhecimento racional (Haraway, 1995, p. 27).

A lógica do silenciamento, dentre outras funções, visa manter oculto os processos e mecanismos de subalternização e suas possíveis denúncias

(Kilomba, 2019). Dessa forma, enquanto forma de opressão, o silenciamento é uma mostra da atemporalidade da colonialidade. O não falar, não ser ouvido e não ser visto remete ao apagamento de certas vidas outras desumanizadas (Kilomba, 2019). Dessa forma, uma aposta decolonial feminista corporificada, deve apostar na quebra desses silenciamentos e apagamos históricos. Contudo, não é um dar voz, mas um dizer junto em que a escrita seria essa ferramenta simbólica que une as diversas vozes.

Dessa forma, a política da escrita é fundamental para uma proposta metodológica com viés feminista e decolonial na Psicologia, uma escrita do/com corpo, a qual enfatiza a visão como método de “vincular o objetivo aos nossos instrumentos teóricos e políticos de modo a nomear onde estamos e onde não estamos, nas dimensões do espaço mental e físico que mal sabemos como nomear” (Haraway, 1995, p. 21). Portanto, uma pesquisa em Psicologia feminista decolonial corporificada está ainda aliada a uma política de pesquisa, que encarna na escrita, esse giro decolonial, partindo de uma metodologia contra-hegemônica, eticamente e politicamente situada (Haraway, 2009).

Dito isso, uma Psicologia aliada a esses pressupostos apontados por feministas que demarcam a politização da ciência como ferramenta de transformação social, corrobora para uma ciência implicada com as questões sociais, sendo assim, contribuem para uma nova práxis psicológica com as questões que atravessam a população a quem se destina (Martín-Baró, 1996). Portanto, não é somente decolonizar o percurso metodológico, mas traçar novos caminhos epistemológicos, construir e fortalecer saberes outros que rompam com essa (falsa) ideia de neutralidade científica.

## **Questões de gênero e estudos decoloniais: problematizando a psicologia em busca de uma nova práxis psi**

Os movimentos de mulheres desde o século XIX têm pautado diferentes temáticas político-sociais em relação ao gênero e sexualidade. Conceição Nogueira (2017), faz um resgate histórico e conceitual das teorias feministas e lutas por igualdade/equidade, desde ao que é chamado de primeira onda, com a principal pauta a luta pelo direito ao voto, aos dias atuais, o da crescente onda feminista cybernética (quarta onda ou maré feminista). Com isso, Nogueira (2017) insere essa discussão no campo da Psicologia, a partir da importância de sua análise de forma interseccional com outras categorias sociais e analíticas.

Nesse sentido, a autora perpassa pela leitura da historiadora Joan Scott (1995) que compreende o gênero como uma categoria de análise histórica para diferentes fenômenos psicossociais. Além disso, utiliza-se da noção de interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw (2002), como uma ferramenta de visibilidade da inseparabilidade das opressões sociais - ou identitárias - na composição das relações de Poder-Saber-Subjetivação na contemporaneidade (Nunes, 2020). Segundo Crenshaw (2002), a interseccionalidade seria uma conceituação-problema, a qual “busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” (Crenshaw, 2002, p. 177). Embora seja importante salientar que o movimento de mulheres negras já denunciava a impossibilidade de separar vivências de gênero, raça e mesmo sexualidade, foi Crenshaw que nomeou essa vivência de interseccionalidade. Salientamos isso na tentativa de não invisibilizar ou silenciar as diferentes vozes que desde Sojourner Truth no seu discurso conhecido como “E não sou eu uma mulher?” (hooks, 2019).

Para Akotirente (2019), a interseccionalidade é um marco epistêmico, analítico e ético que visa apresentar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado produtoras de cruzadas identitárias, a partir da sobreposição de gênero, raça e classe. Para essa autora, a realidade brasileira e a forma como são estruturadas as instituições sociais no país, a percepção interseccional é indispensável em uma leitura crítica e completa sobre a realidade social.

Quando pensamos sobre gênero, é relevante salientar que este deve ser visto como um marcador ontológico de humanidade, por questões já frisadas dos modernos aparatos neocoloniais, o qual utiliza o homem hétero, branco, europeu ou estadunidense como figura central (Butler, 2018). Este marco civilizatório enquadra um ideal de humanidade impossível para todos os outros sujeitos, de modo que o sujeito normativo tem sua vida resguardada pelo Estado e os demais, ficam à mercê de políticas de controle social.

Salienta Simone Beauvoir (1967), o homem é o sujeito universal e a mulher o incompleto, o outro sendo continuamente inferiorizado e objetificado pela sociedade. Partindo dessa reflexão, Grada Kilomba (2019), entende que a questão da mulher negra não está somente como outro do outro do homem, mas também o outro do branco (já que a sociedade é estruturada pelo sexismo e racismo), sendo assim o outro do outro. Isso ocorre sobretudo pelo processo de racialização, como aponta Fanon (2008), e de genderização, conforme aponta Lugones (2014). Quando usamos a lente interseccional, essa ideia de outridade (Kilomba, 2019) pode ganhar outros contornos, apontando assim corpos que podem estar em maior condição de subalternização. Por exemplo, mulheres transexuais negras e pobres.

A vista disso, Cláudia Mayorga *et al.* (2013) apontam a importância de problematizar o gênero na Psicologia não somente como uma categoria base para entender os fenômenos psicossociais e modos de subjetivação, mas também da necessidade de disputar o campo político e epistemológico em torno do gênero para construir uma sociedade mais justa, equânime e menos violenta. Entretanto, na análise de Jesus e Galinkin (2015), o estudo de gênero na Psicologia brasileira ainda carece de mais investigações, sobretudo que problematizam o gênero em sua dimensão psicossocial para além do binarismo e hierarquias coloniais. Há diagramas de base colonial que historicamente operaram com a lógica de dominação e que ainda tomam a ciência psicológica como instrumentos de perpetuação da colonialidade, por isso, é necessário uma Psicologia situada e insurgente que busca tensionar ideias cristalizadas, subjetividades homogêneas, que desterritorializa e reterritorializa hierarquias e diferenciações coloniais (Silva, 2021).

Para produzir essa Psicologia, engendrada em princípios decoloniais e feministas, parte de repensar a produção de pesquisas, como já apontado na seção anterior, problematizar a Psicologia no campo de estudos de gênero e decolonial. E assim, a produção de conhecimento indissociável da prática, reposiciona o fazer da Psicologia. Portanto, problematizando a Psicologia, utilizamos os debates acerca do gênero como ponto de partida para desnaturalizar o olhar essencialista e naturalizante da Psicologia, assim como as feministas têm feito. Os primeiros debates de gênero tratados pela Psicologia surgem na década de 1960 imbuídos da autoridade biomédica que desde o surgimento da modernidade chancelava domínios sobre o corpo, seja na estetização quanto patologização das deformidades corporais. Mantinha-se no campo biomédico a premissa de que as adequações

corporais eram mais fáceis e encaminhativas quando a identidade psicológica rejeitava a aceitação da condição sexual-biológica. A liberdade psicológica, que algumas décadas depois, passou a ser discutida em um debate mais amplo dentro da conceituação de identidade de gênero, encarregou-se de ratificar que o sexo e psíquico não são necessariamente categorias associadas naturalmente (Amâncio, 2001).

Não obstante, sexo e gênero são duas categorias que vão ganhando força de problematização tanto nas Ciências Biomédicas quanto das Ciências Humanas e Sociais. Por um lado, na Psicologia inicialmente seguiu com ênfase nos processos de ajustamento psíquico e do comportamento a partir de lentes comportamentalistas e psicofisiológicas, e por outro lado numa reflexão da perspectiva cultural, a este avanço será de referência da Sociologia e Antropologia ampliar debates com aposta social, histórica, política e cultural do gênero (Scott, 1990; Nogueira, 2001).

No campo das ciências psicológicas, a partir da década de 1980, a Psicologia Social americana vai avançar a discussão de gênero e de comportamento social sob uma matriz do conhecimento das teorias comportamentais, sobretudo com ênfase no método experimental (Nogueira, 2001). Na medida que pesquisas eram conduzidas acerca dessa temática, a Associação Americana de Psicologia (APA) iniciou uma série de normas para defrontar o sexismo na linguagem, mesmo tendo jornais científicos de referência da época que persistiam na divulgação do gênero como um comum sinônimo para o sexo, a exemplo disso, como citado no *Journal of Personality and Social Psychology* (Amâncio, 2001).

A Psicologia como disciplina que nasceu de um projeto diversificado, não único e de divergentes teorias, se constitui enquanto um campo de referência com olhar privilegiado para as interações e expectativas de

interações entre as pessoas, tornou-se inicialmente um ramo das ciências psicológicas que contribuiu para aprofundar a partir de matrizes geopolíticas norte-americana e europeia as primeiras pesquisas psicológicas acerca do debate de gênero. Um marco desse acontecimento é reconhecido na década de 1990 em que foi publicado um capítulo de Deaux e LaFrance (1998) acerca das questões de gênero na nova edição publicada do *Handbook of Social Psychology*, até então considerado a coletânea de textos que se tornou emblemático para o avanço disciplinar da Psicologia Social (Amâncio, 2001).

Uma das primeiras questões institucionais que atravessavam a Psicologia, por exemplo, era a desigualdade de gênero dentro da American Psychological Association (APA) já considerada uma instituição internacional de renome da produção de conhecimento psicológico, visto que no ano de 1956 a presença de pesquisadoras consistia em cerca de 10,8%, aumentando muito pouco dez anos depois para 13,9% em 1966. Essas inconsistências foram travadas por meio de reivindicações de mulheres pesquisadoras, cujo efeito foi em convenção ter sido autorizado a criação em 1974 da Divisão 35 da APA, que foi a *Psychology of Women Division* (Unger, 1998; Amâncio, 2001).

Ainda na perspectiva de Amâncio (2001), uma das primeiras formas de superar a precária e equivocadas reproduções de teorias e conhecimentos acerca do gênero foi combater as discussões que estereotipam a feminilidade em corpos andróginos, por exemplo. Observa-se que essa questão é atravessada pela manutenção de uma lógica de inferioridade que se aplica na díade mente-corpo, muitas vezes concebendo a mentalidade resultante de uma visão adoecedora que sobrepunha o sexo e gênero. Ainda com relação a isso, os enfrentamentos também consistiam

em críticas à lógica positivista de produção das ciências e das manutenções de patologização das experiências de gênero-sexualidade.

É na década de 1990, a partir do avanço de lutas feministas consagradas pelo Movimento de 2ª e 3ª Onda, como também de movimentos sociais de grupos LGBTQIAP+ e populações pretas, que novas concepções e políticas de identidade são legitimadas dentro e fora da academia científica. Somado a isso, discussões oriundas de teorias pós-estruturalistas, psicanálise e teorias que já se utilizavam de lentes interseccionais, além de outras áreas da própria Ciências Humanas e Sociais. A própria Psicologia Social também enveredou nas diferentes geopolíticas com reflexões teórico-práticas para pensar as questões de gênero e subjetividade (Nogueira, 2001).

Se a discussão de gênero não se cessou apenas na dimensão binarista da sobreposição comportamental e psíquica de sexo e gênero como foi fundante na Psicologia, indaga-se o quê da Psicologia avançou no debate sobre as questões de gênero na produção de um conhecimento complexo, não psicopatologizante e estereotipado? Para tensionar ainda esta questão, ratifica-se a posição da Psicologia como uma ciência não neutra, não ideológica, não cerceadora da dignidade humana, e não condizente com a psicopatologização das experiências de dissidências sexuais e genderizadas (Binkowski, 2020).

No Brasil, e em comunhão com as transformações da Psicologia Social na América Latina, as questões de gênero e sexualidade foram sendo disputadas por diferentes movimentos sociais e acadêmicos, principalmente a partir do tensionamento de regimes ditatoriais que impetrou em diferentes países latino-americanos (Prado; Correa, 2018). O cenário brasileiro, sobretudo a partir da década de 1970, vai se consolidando com grande efervescência de fenômenos democráticos e políticos em torno da Reforma

Sanitária, Reforma Psiquiátrica, Popularidade dos Movimentos LGBTQIAP+ e Feministas e, por conseguinte a crise da Psicologia Social frente a insuficiência teórica pautada na formação e atuação de profissionais da Psicologia. Esta crise se iniciou quando psicólogas(os) brasileiras(os) e latino-americanos apresentaram questionamentos quanto à artificialidade da metodologia experimental e à irrelevância social da disciplina para a resolução dos problemas da realidade latino-americana, ou seja, denunciaram a carência de ferramentas teórico-metodológicas que se preocupassem com as questões latino-americanas (Cassal; Bello; Bicalho, 2019; Garcia; Mattos, 2019).

Diante dessas transformações sociais e da própria Psicologia, a práxis psicológica vem sendo convocada como uma ciência promotora de conhecimento crítico e transformador da realidade social, de modo a considerar a produção da subjetividade em sua complexidade biopsicossocial, frente a uma postura ética-política que reconhece a produção não universal de sujeitos, e por isso, a compreensão sobre os marcadores sociais da diferença foram potencializando um campo teórico-prática da Psicologia voltado para a superação das injustiças sociais (Cassal; Bello; Bicalho, 2019).

Com isso, gênero, sexualidade e raça têm sido incorporados não apenas nas matrizes curriculares da Psicologia, mas entendidas como categorias que não se dissociavam da atuação do acolhimento psicológico quer seja nos grupos, instituições e/ou nas comunidades. As questões da identidade de gênero passaram a ser debatidas na própria institucionalidade profissional e regulamentadas pelas normativas e resoluções que baseiam a atuação em Psicologia. Exemplifica-se a defesa do Código de Ética Profissional da(e/o) Psicóloga(e/o) (Conselho Federal De Psicologia, 2005)

que é tributário dos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e em especial, cita-se a Resolução nº 01/1999 que regulamentou a atuação frente às questões de orientação sexual (Conselho Federal De Psicologia, 1990; Garcia; Mattos, 2019).

A presente resolução 01/1999 que foi fruto de uma luta pelo reconhecimento e afirmação da não patologização das relações homossexuais foi travada frente a tradição biomédica que por muito tempo considerou tais experiências como transtorno mental. Em 1975, a APA endossou a decisão da Associação Americana de Psiquiatria desde 1973 que não considerava a homossexualidade como psicopatologia de perversão ou distúrbio da personalidade, e conseqüentemente, foi retirado do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) tal descrição. Já em 1991, a Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas relacionados com a Saúde (CID 10) a condição de semiologia descritiva relacionada ao fenômeno (Conselho Federal De Psicologia, 1999; Sampaio; Germano; 2014).

A despatologização não se consolidou unicamente com as diretrizes de regulamentação, mas esses acontecimentos simbolizaram marcos fundamentais e afirmações éticos-políticas necessárias para delimitar uma ciência psicológica, que mesmo nascida de um projeto de ciência positivista e colonial, é movimentada pelos interesses coletivos da igualdade, equidade, emancipação e dignidade humana. Tornou-se necessário reivindicar a despatologização constantemente nos fazeres da Psicologia que ainda insistem em cair na dialética da suposta neutralidade científica e do funcionamento psíquico desvinculado das questões sociais, históricas, culturais e afetivas (Bento; Pelúcio, 2012; Sampaio; Germano; 2014).

Além disso, outro aporte ético-político na pesquisa trata-se do lugar da produção de conhecimento e seus efeitos nos modos de subjetivação e de verdades no mundo. Entendemos que a produção de ciência na Psicologia deve estar em alicerce ao paradigma ético-político que desnaturaliza as dicotomias e propõe a desconstrução de fronteiras e hierarquias que verticalizam o campo do conhecimento (Silva, 2008). Além disso, diante dos tensionamentos em torno do gênero e sexualidade e até da falácia da “ideologia do gênero”, cabe à Psicologia Social problematizar esses fenômenos psicossociais e seus efeitos na contemporaneidade. Portanto, refletir sobre essas questões faz-se indispensável na pesquisa que versa por uma descolonização epistêmica e de modos de existências, posto que a pesquisa faz parte de um sistema de poder-saber que historicamente criminaliza existências e saberes subalternos, por isso, sustentamos que um olhar ético-político no modo de fazer ciência/pesquisa em Psicologia pode ser utilizado como estratégia para romper com o apagamento, silenciamento ou a deturpação que essas trajetórias estão submetidas (Silva, 2008).

Para pensar um outro campo epistemológico de ciência psicológica irreduzível as representações de sua fundação, parte-se da noção de uma necessária e implicada Psicologia decolonial, tributária dos pressupostos feministas já apontados, sobretudo o feminismo negro e decolonial. Tomamos como base a Psicologia Preta proposta por Lucas Veiga (2019) e a Psicologia Feminista de Conceição Nogueira (2017) rumo a uma prática psi atenta e implicada com a luta por uma sociedade, em que a multiplicidade das experiências humanas possa ser acolhida plenamente. Isto diz respeito, tanto à produção de uma prática imanente aos fluxos sociais orquestrados pelos corpos, cuja precarização é maximizada pelos agenciamentos de poder contemporâneos, como também à recusa da falácia da neutralidade

científica, bem como da desnaturalização dos processos de gênero, do rompimento com as dicotomias abstratas e da desinstitucionalização dos saberes psi como aqueles que podem dizer a verdade sobre o sujeito e a subjetividade. Pensamos então aqui, unindo todas essas desobediências epistêmicas, ao utilizar-se de saberes, sujeitos subalternos, trazer o centro para a margem é pensar uma Psicologia Decolonial, uma episteme insurgente. Uma Psicologia que se faz no quilombo, criando modos singulares de existência diaspóricos.

### **Um olhar crítico para/da psicologia (decolonial): considerações finais**

Neste texto, propusemo-nos a problematizar, a partir de pressupostos feministas e decoloniais, a produção de conhecimento em Psicologia. Tal discussão foi atravessada por suas inquietações que dialogam entre si: a primeira com o intuito de pensar o modo como se produz saber e pesquisa no campo psi; e a segunda com o objetivo de problematizar a própria Psicologia, enquanto campo de saber e prática. Nesse movimento, o gênero (aliado a outros marcadores sociais da diferença) foi uma categoria central em nossas análises para repensar o campo da Psicologia.

Em meio ao avanço do conservadorismo atrelado a uma racionalidade capitalista, observamos que instituições e lógicas de poder, saber e subjetivação são acionadas como forma de controle social e aprisionamento dos modos de ser, agir e estar no mundo (Foucault, 1998, 2010; Brown, 2019). A Psicologia historicamente contribuiu para esses controles (bio)necropolíticos (Mbembe, 2017), embora a história também aponte para uma transformação dessa profissão, a qual guiada por outros saberes, sobretudo das ciências humanas, latinoamericanas, feministas e, mais

recente, decoloniais, passou a ser uma ciência que também denuncia essas tecnologias.

Diante disso, o diálogo interdisciplinar mostrou-se primordial para evocamos uma Psicologia mais alinhada à construção de saberes parciais (não neutros) e localizados, que não ignore os processos sociais, históricos e políticos de cada época. Além disso, ao fazermos com sujeitos que vivenciam subalternização (“ciência feita de baixo”), corroboram para uma produção de conhecimento corporificada.

Ao longo do texto foram expostas interpelações a partir de apontamentos feitos por feministas e autoras/es críticos à colonialidade que evocam uma Psicologia implicada com a transformação social. Para isso, nos espelhamos nas lutas feministas e seus movimentos de reinvenção epistemológicos. Os pressupostos apontam para a necessidade de radicalizar a Psicologia, decolonizá-la. Segundo Letícia Carolina (2021), é necessário abertura às diversas existências e epistemologias que buscam dismantlar as estruturas normativas. Afinal, saberes que se dizem neutros contribuem para uma produção de conhecimento que paralelamente sustenta os mecanismos de poder de base colonial.

Por fim, salientamos que decolonizar a Psicologia contribui com a discussão ontológica da humanidade para que outras formas de existências sejam reconhecidas como tais. Uma Psicologia política que não se isenta diante de produções discursivas que aniquilam vidas. Uma Psicologia ético-política aliada aos movimentos sociais e suas lutas cotidianas. Uma Psicologia para desestabilizar normatividades, essencialismos, naturalizações e privilégios sociais que mantém intactas as estruturas de opressões. Não é à toa que elegemos ampliar o escopo de mulheres e

peças abertamente assumidas LGBTQIAP+ em sua diversidade nas referências, sem ignorar as clássicas e sua importância para o debate.

Pensar uma Psicologia Decolonial parte da desobediência epistêmica, que não deslegitima teóricas e teóricos saberes hegemônicos, mas que toma como base epistemologias não hegemônicas. Decolonizar a Psicologia é decolonizar o conhecimento, negar a falácia da neutralidade e a universalidade, é posicionar-se, escrever com e a partir da/na experiência como um marco decolonial, sobretudo nos dispositivos de pesquisa e formação em Psicologia no Brasil.

## Referências

AMÂNCIO, L. O gênero na psicologia: uma história de desencontros e rupturas. **Psicologia**, n. 1, p. 9-26, 2001.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. **Estudos feministas**, n.8, p. 229-236, 2000.

AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte MG: Letramento Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2. p. 458-463, 1995.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo 2: a experiência vivida**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, B.; PELÚCIO, L. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 02, p. 569-581, 2012.

BINKOWSKI, G. Fósseis do Campo Psi: sobre Conversão de Orientação Sexual e Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2020.

BITTENCOURT, N. A. A Biopolítica Sobre a Vida das Mulheres e o Controle Jurídico Brasileiro. **Revista Gênero & Direito**, v. 4, n. 3, p. 225-245, 2015.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte MG: Letramento Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. Ideologia antigênero e a crítica da era secular de Saba Mahmood. **Debates do NER**, v. 19, n. 36, p. 219-235, 2019.

BUTLER, J. **Corpos que importam.** São Paulo: N-1, 2019.

CASSAL, L. C. B.; BELLO, H. L.; BICALHO, P. P. G. Enfrentamento à LGBTIfobia, afirmação ético-política e regulamentação profissional: 20 anos da Resolução CFP nº 01/1999. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2020.

CARNEIRO, S. **Racismo, Sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro. 2011.

CAROLINA, L. **Transfeminismo.** São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

CARVALHES, F. F.; LIMA, A. B. Contemporaneidade e decolonialismo: notas para uma práxis crítica e situada para a Psicologia Social. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 2323, p. 58-70, 2020.

CAVALCANTI, C. S.; BICALHO, P. P. G.; SPOSITO, S. E. O lugar da Psicologia frente às orientações sexuais e identidades de gênero. **Psicologia: Ciência & Profissão**, v.39, n.esp., p. 3-5, 2019.

CERQUEIRA, D. **Atlas da violência.** Brasília: Instituto de Pesquisa Econômico Aplicada, 2020.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero:** uma perspectiva global. 3.ed. e revisão técnica de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015.

COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negra. In: COLLINS, P. H. **Pesamento feminista negro.** São Paulo: Boitempo, 2019. p. 401-432.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, Agosto de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 01/1999 - Psicologia e Práticas Homossexuais**: histórico. Brasília: CFP.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos a gênero. **Estudos feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DEAUX, K.; LAFRANCE, M. **Gender**. In: GILBERT, D. T.; FISKE, S. T.; G. LINDZEY, G (Orgs.). *The handbook of social psychology*. Boston: McGraw-Hill, 1998.

FANON, F. "A experiência vivida do negro". In: **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador, Ed. UFBA, 2008, p. 103-126.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade do saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GARCIA, M. R. V.; MATTOS, A. R. "Terapias de Conversão": Histórico da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, 2020.

GOMES, C. J. A. *et al.* "Viver pouco como um rei ou muito como um zé?": Juventudes e masculinidades no sistema socioeducativo. In: Irineu, B. A. *et al.* (Org.). **Diversidade sexual, étnico-racial e de gênero: saberes plurais e resistências**. 1ed. Campina Grande: Realize editora, 2021, v. 1, p. 960-975.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, v. 18, n. 1, p. 65-82, 2018.

GOMES FILHO, A. S. *et al.* E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. **Sociologias Plurais**, v. 7, p. 276-297, 2021.

GOMES FILHO, A. S.; NUNES, L. F.; LAVOR FILHO, T. L. A escrevivência do corpo na composição de experiências de dissidências de gênero decoloniais. **Bagoas estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 14, n. 22, p. 123 - 154, 2021.

GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, v.1, n.1, p. 223-244, 1984.

GONZAGA, P.; GONÇALVES, L.; MAYORGA, C. O conservadorismo distópico à brasileira: direitos sexuais e reprodutivos e a pandemia da COVID-19 no Brasil. **Revista Feminismos**, v. 9, n. 1, 2021.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas. n. 5, p. 7-41. 1995.

HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, v. 1, n. 1, p. 7-31, 1993.

HARDING, S. Objetividade mais forte para ciências exercidas a partir de baixo. **Em construção**, n. 5, p. 143-162, 2019.

HOOKS, B. **E não sou eu uma mulher? Mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JESUS, J. G.; GALINKIN, A. L. Gênero e psicologia social no Brasil: entre silêncio e diálogo. **Revista Departamento de Ciências Humanas**, v. 1, n. 43, p. 90-103, 2015.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Tábula Rasa**, v. 1, n. 9, p. 73-101, 2008.

LUGONES, M. Colonialidad y género: hacia un feminismo descolonial. In: Mignolo, W. *et al.* **Género y descolonialidad**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Del Signo, 2014, p. 13-42.

MALDONADO-TORRES, N. (Org.). Educación superior, interculturalidad y descolonización, **La Paz: Programa de Investigación Estratégica en Bolivia**; Comité Ejecutivo de la Universidad Boliviana, 2007, p. 145-174.

MARTÍN-BARÓ, I. O papel da psicólogo. **Estudos de Psicologia**, v. 2, n. 1, p. 7-27, 1996.

MAYORGA, C. *et al.*, As críticas de gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. **Estudos Feministas**, v. 21, n. 2, p. 463-484, 2013.

MAYORGA, C; RASERA, E.; PEREIRA, M. **Psicologia Social: sobre desigualdades e enfrentamentos**. Curitiba, PR: Juruá, 2009.

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Lisboa, Antígona, 2017.

MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio-teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.

MIÑOSO, Y. E. De por qué és necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad. **Solar**, v. 12, n. 1, p. 141-171, 2017.

NUNES, L. F. **“Quando vi, tava envolvida”**: atravessamento da violência urbana nas trajetórias de vida de adolescentes privadas de liberdade. 2020. 243f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Fortaleza (CE), 2020.

NUNES, L. F. *et al.* Violência contra mulheres no Ceará em tempos de pandemia de COVID-19. **Revista Feminismos**, v. 9, p. 262-289, 2021.

NUNES, L. F. *et al.* Faces da necropolítica genderizada contra a existência transexual em comentários do Instagram. **Psicologia em pesquisa**, v. 17, n. 1, p.1-34, 2023.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e Psicologia feminista**. Bahia: Editora Devires, 2017.

NOGUEIRA, C. Feminismo e discurso do gênero na psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, v. 13, n. 1, p.107-128, 2001.

NEGREIROS, D. J.; QUIXADÁ, L. M.; BARROS, J. P. P. “Movimento Cada Vida importa: a universidade na prevenção e no enfrentamento à violência no Ceará”. **Universidade e Sociedade**, v. 28, n. 62, p. 74-87, 2018.

PASINATO, W. "Feminicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, n. 37, p. 219-246, 2011.

PERES, M. C. C.; SOARES, S. F.; DIAS, M. C. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017**. Rio de Janeiro: Livros ilimitados. 2018.

PRADO, M. A. M.; CORREA, S. Retratos transnacionais e nacionais das cruzadas antigênero. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, p. 444-448, 2018.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: Santos, B. S.; Meneses, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Portugal, Gráfica de Coimbra, 2009, p. 73-118.

QUIJANO, A. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: Lander, E. (Org.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias Epistemología insubmissa feminista negra decolonial sociales: perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>. Acesso em: 20 jan. 2019.

SAGOT, M. El feminicídio como necropolítica en Centroamerica. **Lábrys: études féminines**, 2013. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys24/feminicide/monserat.htm>. Acesso em: 09 mar. 2023.

SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 290-300, 2014.

SANTOS, V. M. Notas desobedientes: decolonialidade e a contribuição para a crítica feminista à ciência. **Psicologia e Sociedade**, n. 30, 2018, p. 1-11.

SEGATO, R. L. **La crítica de la colonialidad en ocho ensayos y una antropología por demanda**. Argentina: prometeo Libros, 2015.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 05-19, 1990.

SILVA, R. A. N. **A invenção da Psicologia Social**. Porto Alegre: ABRAPSO Editora, 2021.

SILVA, R. N. Ética e paradigmas na Psicologia Social: desafios para a Psicologia Social contemporânea. In: Ploner, K. S. *et al.*, (Orgs.). **Ética e paradigmas na Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 39-45.

SOARES, M. R. N. *et al.* "A violência bate em mim primeiro": oficinas nas escolas públicas de Fortaleza. **Psicologia argumento**, v. 41, n. 112, p. 2939-2960, 2023.

SOUSA, I. S.; NUNES, L. F.; BARROS, J. P. P. Interseccionalidade, femi-genocídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 48, p. 370-384, 2020.

UNGER, R. K. **Resisting gender**: Twenty-five years of feminist psychology. Londres: Sage, 1998.

VALENCIA, S. **Capitalismo gore**. (Col. Monografías Del Museo). Espanha: Melusina. 2010.

VEIGA, L. Descolonizando a psicologia: notas para uma psicologia preta. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. esp., p. 244-248, 2019.

---

**Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências – ISSN: 2595-0959, V. 7, N. 2, 2024**

---

**Conflito de interesses**

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

---

**Contribuição dos autores**

Concepção e conceitualização: LFN, JPPB, CJAG, LLM, MRNS, TLLF

Redação do manuscrito original: LFN, JPPB, CJAG, LLM, MRNS, TLLF

Curadoria de dados: LFN, JPPB, CJAG, LLM, MRNS, TLLF

Análise de dados: LFN, JPPB, CJAG, LLM, MRNS, TLLF

Redação textual: LFN, JPPB, CJAG, LLM, MRNS, TLLF

Supervisão: JPPB, LLM

---

**Financiamento**

Não houve financiamento.

---

**Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica.

---

**Aprovação, ética e consentimento**

Não se aplica.

---